



Simulados Finais

AL MS

Técnico Legislativo
Polícia Legislativa

Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **AL-MS**, cargo de **Técnico Legislativo - Polícia Legislativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zKt4eWQdetXK7Tq39>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Qzgw>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01**

Algumas das características deste mundo emergente já estavam inscritas nas dinâmicas transformadoras da tecnologia e da sociedade, mas a pandemia e sua gestão as aceleraram. Esse é o caso da digitalização das nossas atividades e da nossa organização social, sem que isso nos anule como seres conscientes e emocionais. O teletrabalho veio para ficar, o que significa novos tipos de relações laborais, de proteção do trabalhador, de formas de vida familiar e habitacionais, incluindo a tendência crescente de descentralizar a residência em áreas atualmente despovoadas que podem recuperar sua vitalidade. A aprendizagem forçada do ensino a distância pode introduzir um sistema híbrido em que o presencial, especialmente necessário nos primeiros anos, alie-se às possibilidades oferecidas pelo virtual.

Por outro lado, o público surge como algo essencial como linha de defesa da vida por meio de um sistema de saúde cuja importância ninguém mais questionará sob pena de receber uma reprimenda política. Ou o emprego, cuja transição para uma situação pós-crise, que ainda levará pelo menos dois anos de acordo com a OCDE, seguirá exigindo uma cobertura dos governos. Que exigirá um novo sistema tributário, menos centrado na diminuição da renda e mais focado na tributação das empresas globais que mal pagam impostos e nas transações dos mercados financeiros onde a riqueza se acumula. Isso exigirá uma coordenação das políticas fiscais, o que no nosso contexto significa aprofundar a União Europeia. Sem uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia.

Da mesma forma, as políticas contra as mudanças climáticas, cuja urgência se manifesta em catástrofes recorrentes, dependem da investigação científica e da inovação empresarial em novas fontes de energia, como a linha do hidrogênio verde, no qual a França, a Alemanha e a Espanha estão investindo — com impactos diretos na viabilidade dos meios de transporte, por exemplo o

aéreo, sem o qual as atuais companhias aéreas sofrerão uma crise ainda mais profunda do que a resultante da inevitável restrição de viagens no curto prazo.

Adaptado de <<https://www.fronteras.com/leia/exibir/um-novo-mundo>>

1. A tese central desenvolvida no texto fundamenta-se na proposição de que:

- a) A pandemia foi o agente exclusivo das transformações sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas no mundo contemporâneo, sem as quais essas mudanças jamais teriam ocorrido.
- b) A digitalização da sociedade representa uma ameaça à dimensão humana dos trabalhadores, devendo ser limitada por políticas públicas de proteção ao emprego tradicional.
- c) As transformações aceleradas pela pandemia exigem respostas estruturais coordenadas nas esferas do trabalho, da tributação, da saúde e das políticas climáticas para a consolidação de um novo modelo civilizatório.
- d) A União Europeia constitui o único modelo institucional capaz de responder adequadamente aos desafios impostos pelo mundo pós-pandêmico às democracias ocidentais.
- e) A crise climática representa a principal ameaça ao mundo emergente, sobrepondo-se em importância às transformações no trabalho e nos sistemas tributários.

2. No segmento "Por outro lado, o público surge como algo essencial como linha de defesa da vida por meio de um sistema de saúde cuja importância ninguém mais questionará", a expressão "Por outro lado" estabelece uma relação de sentido que indica:

- a) Oposição entre o caráter público da saúde e o modelo privado de organização social descrito no parágrafo anterior.
- b) Adição de uma nova dimensão argumentativa ao conjunto de transformações apresentadas no parágrafo anterior.
- c) Consequência direta das mudanças no teletrabalho sobre a organização do sistema de saúde pós-pandêmico.
- d) Comparação entre modelos distintos de proteção social adotados por diferentes países no período pós-crise.
- e) Concessão às críticas dos que defendem a primazia do setor privado na gestão dos sistemas de saúde.

3. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está *plenamente* observada, considerando-se a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) A pandemia e sua gestão aceleraram dinâmicas que já estava inscrita nas transformações tecnológicas da sociedade contemporânea.
- b) Existe, no contexto pós-pandêmico, diversos desafios relacionados à reestruturação dos sistemas tributários globais.
- c) A tributação das empresas globais e das transações financeiras exige uma coordenação das políticas fiscais entre os países.
- d) Tanto o teletrabalho quanto a educação a distância representa transformações permanentes no mundo pós-pandêmico.
- e) Houveram impactos profundos nos meios de transporte decorrentes das políticas contra as mudanças climáticas.

4. A afirmação de que a digitalização ocorre "sem que isso nos anule como seres conscientes e emocionais" permite inferir que o autor:

- a) Manifesta ceticismo em relação à viabilidade da digitalização como modelo sustentável de organização social e do trabalho.
- b) Reconhece o risco de desumanização inerente aos processos de digitalização, defendendo que tal risco pode ser gerenciado.
- c) Propõe a limitação da digitalização aos setores econômicos em que a presença humana seja dispensável.
- d) Considera que a dimensão emocional e consciente dos seres humanos é incompatível com o ambiente digital de trabalho.
- e) Sugere que a pandemia criou condições únicas para que a digitalização se expandisse sem comprometer a humanidade.

5. No trecho "como a linha do hidrogênio verde, no qual a França, a Alemanha e a Espanha estão investindo — com impactos diretos na viabilidade dos meios de transporte", o travessão foi empregado para:

- a) Indicar uma mudança de interlocutor no discurso, sinalizando a inserção de uma voz externa ao argumento principal.
- b) Introduzir uma informação complementar que desdobra as consequências práticas do investimento mencionado anteriormente.
- c) Delimitar uma citação indireta incorporada ao discurso do autor para reforçar a argumentação com dados externos.
- d) Marcar uma pausa que separa duas orações de igual relevância argumentativa no período.
- e) Isolar uma informação secundária que poderia ser omitida sem prejuízo para o sentido principal do período.

6. Assinale a opção em que a reescrita do segmento "*Sem uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia*" preserva integralmente o sentido original e a correção gramatical:
- a) A manutenção dos fundos de solidariedade intraeuropeia será impossível caso não haja tributação comum e novos recursos provenientes de estratégias fiscais inovadoras.
 - b) Não sendo possível uma tributação comum e sem mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, os fundos de solidariedade intraeuropeia não serão mantidos.
 - c) Desde que haja uma tributação comum e mais recursos obtidos com novas estratégias fiscais, não será possível manter os fundos de solidariedade intraeuropeia.
 - d) A tributação comum e os novos recursos fiscais serão possíveis somente se os fundos de solidariedade intraeuropeia forem mantidos adequadamente.
 - e) Sem tributação comum ou sem mais recursos das novas estratégias fiscais, a manutenção dos fundos de solidariedade intraeuropeia tornar-se-á possível.
7. No período "A aprendizagem forçada do ensino a distância pode introduzir um sistema híbrido em que o presencial... alie-se às possibilidades oferecidas pelo virtual", a forma verbal "alie-se" foi empregada no subjuntivo para expressar:
- a) Uma certeza sobre a inevitável integração entre ensino presencial e virtual no mundo pós-pandêmico.
 - b) Uma hipótese contingente cuja realização depende das condições enunciadas na oração principal.
 - c) Um desejo explícito do autor de que o ensino presencial seja integrado ao ensino virtual nas escolas.
 - d) Uma condição necessária e suficiente para que o sistema híbrido de educação seja implementado.
 - e) Uma ação habitual que já se verifica no sistema educacional contemporâneo como resultado da pandemia.
8. No período "*as políticas contra as mudanças climáticas, cuja urgência se manifesta em catástrofes recorrentes, dependem da investigação científica*", o segmento destacado exerce a função sintática de:
- a) Oração subordinada adjetiva restritiva, especificando quais políticas climáticas efetivamente dependem da investigação científica.
 - b) Oração subordinada adjetiva explicativa, acrescentando informação sobre a natureza das políticas climáticas mencionadas.
 - c) Oração subordinada adverbial causal, indicando a razão pela qual as políticas climáticas dependem da investigação científica.
 - d) Oração coordenada explicativa, justificando a urgência das políticas contra as mudanças climáticas.
 - e) Oração subordinada substantiva apositiva, explicando o conteúdo das políticas climáticas mencionadas.
9. O emprego do verbo "aceleraram" no segmento "a pandemia e sua gestão as aceleraram" sugere, no contexto argumentativo do texto, que:
- a) A pandemia foi a causa única e exclusiva das transformações sociais e tecnológicas observadas no mundo contemporâneo.
 - b) As mudanças descritas no texto são fenômenos inteiramente novos, criados artificialmente pela emergência sanitária global.
 - c) A pandemia precipitou processos de transformação que já possuíam dinâmica própria, antecipando sua consolidação.
 - d) A gestão da pandemia foi mais determinante do que a própria crise sanitária para a produção das mudanças estruturais.
 - e) A aceleração das transformações gerou desequilíbrios que precisam ser corrigidos para que

10. Segundo a lógica argumentativa do segundo parágrafo, a necessidade de um novo sistema tributário decorre diretamente de:

- a) A ineficiência dos governos europeus na gestão dos recursos públicos durante o período de recuperação pós-pandêmica.
- b) A exigência de financiamento para a cobertura governamental do emprego durante a transição para a situação pós-crise.
- c) A pressão dos mercados financeiros por maior regulação internacional das transações especulativas globais.
- d) A necessidade de ampliar os gastos militares dos países europeus face ao novo cenário geopolítico global.
- e) O aumento da demanda por serviços públicos de saúde resultante do envelhecimento das populações europeias.

Texto 02

SEGREDOS DO MATO GROSSO DO SUL

O Mato Grosso do Sul
Tem muitos segredos
Mas só alguns
Eu vou contar
Porque tem gente
Que não é daqui
Não conhece
Nunca ouviu falar
Que no espelho d'água
Do rio da Prata Maria se mira
Com seu colar de contas
Enquanto entoa seu murmurar
Araras azuis cantam
Um estridente taramelar
Cruzam o céu vermelho
Do fim da tarde
Para onde se volta o olhar

Mato Grosso do Sul
Tem segredos, mas
Só alguns eu vou contar
Tamanduá estica

Sua língua pegajosa
No formigueiro de saúvas
Bem no pé do carandá
Camufla seu corpo
Com os longos pelos da cauda
Para ninguém encontrar

Paulo Portugal

11. O propósito discursivo central do poema fundamenta-se na proposição de que:

- a) O Mato Grosso do Sul é uma região inacessível e hermética, cujos segredos jamais poderão ser completamente revelados a pessoas de fora.
- b) A natureza do Mato Grosso do Sul constitui uma realidade ameaçada, que precisa ser preservada do desconhecimento de quem não é da região.
- c) O eu lírico assume o papel de mediador entre a riqueza natural e cultural da região e um interlocutor que a desconhece, partilhando seletivamente seus mistérios.
- d) O poema critica a indiferença das pessoas que não conhecem o Mato Grosso do Sul em relação à sua fauna e flora características.
- e) A revelação dos segredos da região é condicionada ao pertencimento cultural do interlocutor, sendo vedada a quem não nasceu no Mato Grosso do Sul.

12. No segmento "Porque tem gente / Que não é daqui / Não conhece / Nunca ouviu falar", a oração "Porque tem gente" exerce a função de:

- a) Oração coordenada explicativa, justificando a razão pela qual o eu lírico decidiu revelar apenas alguns segredos.
- b) Oração subordinada adverbial causal, indicando o motivo que leva o eu lírico a compartilhar os segredos da região.
- c) Oração subordinada substantiva objetiva direta, complementando o sentido do verbo "contar" da estrofe anterior.
- d) Oração coordenada aditiva, acrescentando uma nova informação ao conjunto de razões que motivam o eu lírico.
- e) Oração principal, da qual dependem as orações relativas que a sucedem e que caracterizam "gente".

13. O vocábulo "taramelar", empregado no verso "Araras azuis cantam / Um estridente taramelar", possui, no contexto do poema, o sentido de:

- a) Tagarelice ou falatório incessante, humanizando as araras através de uma comparação implícita com o comportamento humano.
- b) Voo em formação característica, descrevendo o padrão de deslocamento das araras pelo céu do Mato Grosso do Sul.
- c) Som repetitivo e agudo produzido pelas araras, que o eu lírico qualifica simultaneamente como estridente e musical.
- d) Ritual de acasalamento específico das araras azuis, associado ao contexto do fim da tarde na região.
- e) Movimento de cauda característico das araras durante o voo, que produz o som descrito como estridente.

14. Os verbos empregados ao longo do poema ("se mira", "entoa", "cantam", "cruzam", "estica", "camufla") predominantemente no presente do indicativo expressam:

- a) Ações pontuais ocorridas no momento exato da enunciação do poema, conferindo imediatismo e presença à cena descrita.
- b) Ações habituais e atemporais que caracterizam permanentemente a fauna e a paisagem da região, conferindo às cenas um caráter universal e intemporal.
- c) Ações passadas recuperadas pela memória afetiva do eu lírico, que as presentifica para criar efeito de proximidade com o interlocutor.
- d) Ações futuras projetadas como certas, expressando a convicção do eu lírico sobre a permanência da natureza regional.
- e) Ações condicionadas à visita do interlocutor à região, expressando o que ele poderá observar caso decida conhecer o Mato Grosso do Sul.

15. A estrutura do poema organiza-se em torno de uma progressão que pode ser descrita como:

- a) Anúncio da revelação parcial → justificativa do anúncio → revelação das cenas → reiteração do anúncio → novas revelações, em movimento que alterna promessa e cumprimento.
- b) Descrição da fauna → descrição da flora → descrição das tradições culturais → síntese das características regionais.
- c) Apresentação do problema (desconhecimento) → desenvolvimento das soluções (revelação) → conclusão moral (preservação da natureza).
- d) Introdução geográfica → caracterização climática → descrição da biodiversidade → análise das tradições culturais locais.
- e) Narração de um dia completo na região, do amanhecer ao anoitecer, com descrição dos elementos naturais em ordem cronológica.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

16. João e Carla, técnicos da Assembleia Legislativa do MS (ALMS), possuem, cada um, uma certa quantidade de processos para analisar. Em um determinado momento, Carla transferiu para João uma parte dos processos que estavam sob sua responsabilidade, de modo que João ficou com o triplo de processos que tinha inicialmente e Carla ficou com a metade dos processos que tinha inicialmente.

Inicialmente, a quantidade de processos que Carla possuía correspondia a

- a) metade da quantidade de processos de João.
- b) a mesma quantidade de processos de João.
- c) o dobro da quantidade de processos de João.
- d) o triplo da quantidade de processos de João.
- e) o quádruplo da quantidade de processos de João.

17. Baseado em uma força-tarefa realizada no semestre anterior, o coordenador da Assembleia Legislativa do MS (ALMS) montou uma tabela com o objetivo de planejar quantos analistas legislativos serão necessários para realizar o mesmo trabalho no final deste semestre. A tabela montada é a seguinte:

Semestre	Número de analistas envolvidos	Carga diária (por analista)	Produção semestral (em projetos)
1º	30	8 horas	500
2º	X	6 horas	400

Considerando-se idênticas, do 1º para o 2º semestre, as condições de trabalho e a produtividade da mão de obra, o valor de X, indicado na tabela, quando comparado ao número de analistas envolvidos no 1º semestre, deverá ser

- a) aumentado em 12 unidades.
- b) aumentado em 7 unidades.
- c) aumentado em 2 unidades.
- d) diminuído em 12 unidades.
- e) diminuído em 2 unidades.

18. Para participar de um treinamento na Assembleia Legislativa do MS (ALMS), estão presentes no plenário servidores efetivos e comissionados. A razão entre o número de servidores efetivos e o de servidores comissionados é de 13 para 17. Sabendo-se que 40% dos servidores efetivos e 60% dos servidores comissionados trouxeram seus notebooks para a atividade, então, em relação ao número total de pessoas presentes no plenário, aqueles que não trouxeram notebooks representam, aproximadamente,

- a) 48,7%.
- b) 50,6%.
- c) 52,5%.
- d) 54,3%.
- e) 56,4%.

19. Os Projetos de Lei Alfa, Beta e Gama estão agendados em uma pauta de votação da Assembleia Legislativa do MS (ALMS), nessa ordem, ou seja, Beta será votado após Alfa e Gama será votado após Beta.

Sabe-se que:

- O Projeto Beta está exatamente no meio da pauta, ou seja, há tantos projetos agendados antes dele quanto após ele.
- Há 7 projetos agendados entre os Projetos Alfa e Beta.
- Há 10 projetos agendados entre os Projetos Beta e Gama.
- O Projeto Alfa ocupa a posição 12 da pauta.

Nessa pauta, o número de projetos agendados para votação após o Projeto Gama é

- a) 7.
- b) 6.
- c) 10.
- d) 8.
- e) 6.

20. Considere os seguintes números:

4,6262262226... e 0,181181118...

A soma da 30ª casa decimal do primeiro número com a 24ª casa decimal do segundo número é igual a

- a) 3.
- b) 5.
- c) 7.
- d) 10.
- e) 14.

21. O coordenador de recursos humanos da Assembleia Legislativa do MS (ALMS) aplicou uma avaliação de desempenho para os servidores de um determinado setor. A média aritmética das notas obtidas pelos servidores foi de 8,0. Após uma análise de recursos interpostos, 10 servidores tiveram suas notas aumentadas em um ponto cada e a nova média das notas do setor passou a ser 8,2. A quantidade de servidores nesse setor da ALMS é

- a) 30.
- b) 35.
- c) 40.
- d) 45.
- e) 50.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

22. Tibruço analisando a constituição federal viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. Assim como Conselho Nacional do Ministério público. Lendo o texto Tibruço ficou duvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente a luz do texto constitucional que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.

b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.

c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;

e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

23. No Brasil, é possível que seja decretado o estado de de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. De acordo com a Constituição Federal de 1988, tal dispositivo burocrático configura-se como ato extremo, de competência

- a) privativa do Presidente da República.
- b) privativa do Conselho da Defesa Nacional.
- c) privativa da Câmara dos Deputados.
- d) exclusiva do Senado Federal.
- e) exclusiva do Congresso Nacional.

24. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu, Tibério analisando a constituição chegou a seguinte conclusão correta que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supra legais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

25. Suponha que Tibério e Geruza, casados, cidadãos holandeses, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Geruza deu à luz prematuramente ao seu filho Clóvis. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Clóvis

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independente de qualquer situação.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

26. Tibério, deputado federal eleito pelo rio de janeiro, após completar 29 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. No meio do caminho a referida caminhada foi paralisada pela polícia, ela alegou que a referida reunião não era legítima. Neste caso em tela Tibério poderá ajuizar qual remédio constitucional para proteger seu direito de reunião:

- a) ação popular, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) Habeas corpus, podendo qualquer pessoa impetrar.
- c) mandado de segurança coletivo.
- d) mandado de segurança individual.
- e) habeas data.

27. De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. A forma de estado pelo Brasil será:

- a) Composta;
- b) Presidencialista;
- c) Republicana;
- d) democrática;
- e) unitária.

28. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

29. No Estado de Serra Clara, a Governadora Lívia anunciou uma reforma administrativa. Em parte dela, reorganizou secretarias e criou novos órgãos internos para melhorar a gestão de políticas públicas. Em outro eixo, encaminhou projeto de lei para autorizar a criação de uma entidade com personalidade jurídica própria, destinada a executar de modo descentralizado determinada atividade administrativa, com estrutura, patrimônio e regime próprios.

Além disso, o Estado firmou contrato de concessão de serviço público com uma empresa privada e, em cooperação com Municípios, celebrou ajuste para formar um consórcio público com personalidade jurídica de direito público, voltado a executar atividades comuns de interesse regional.

No que se refere à organização da Administração Pública (Administração direta e indireta), assinale a opção **correta**.

- a) União, Estados, Municípios e Distrito Federal são entidades administrativas e integram a

Administração Indireta, pois são pessoas jurídicas de direito público interno voltadas à prestação de serviços.

- b) Concessionários e permissionários, por realizarem atividade administrativa por delegação estatal, integram automaticamente a Administração Indireta.
- c) A Administração Direta Federal compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, enquanto a Administração Indireta Federal abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, dotadas de personalidade jurídica própria.
- d) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público não se vincula à Administração Indireta, pois se trata de associação entre entes federativos, sem integração administrativa.
- e) A criação de autarquias e a instituição de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações podem ocorrer por decreto do Chefe do Executivo, sendo a lei específica dispensável

30. A respeito das espécies de atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) Os atos normativos possuem caráter individual e concreto, sendo editados para resolver situações específicas e dirigidos a destinatários determinados, como ocorre com a nomeação de servidor ou a concessão de licença a um particular;
- b) Os atos ordinatórios são expedidos com a finalidade de organizar o funcionamento interno da Administração, disciplinar a atuação dos servidores e orientar a execução de atividades administrativas, como ocorre com ordens de serviço, instruções e portarias internas;
- c) Os atos negociais são aqueles por meio dos quais a Administração impõe obrigações aos administrados independentemente de sua concordância, como ocorre na aplicação de multas ou na imposição de sanções administrativas;
- d) Os atos punitivos destinam-se exclusivamente à organização interna da Administração, sendo utilizados para distribuir tarefas, ordenar atividades e estabelecer rotinas administrativas;
- e) Os atos enunciativos possuem natureza sancionatória, sendo editados para aplicar penalidades aos administrados ou servidores que descumpram normas administrativas

31. O Município Alfa instituiu norma que condiciona o funcionamento de estabelecimentos comerciais à obtenção prévia de alvará de funcionamento.

Durante fiscalização de rotina, o servidor público Carlos, regularmente investido no cargo e no exercício de suas atribuições legais, constatou que o estabelecimento explorado por Daniela operava sem a autorização exigida.

Diante da irregularidade verificada, Carlos determinou a interdição imediata do local, lavrando o respectivo auto administrativo, sem submeter previamente a medida ao Poder Judiciário.

No que se refere aos poderes da Administração Pública, especialmente ao poder de polícia administrativa, assinale a opção **correta**.

- a) A medida adotada pelo servidor é ilegítima, pois a Administração Pública somente pode restringir atividades econômicas mediante autorização judicial expressa, sob pena de violação ao direito de livre iniciativa.
- b) A atuação configura abuso de poder, uma vez que o poder de polícia não admite a imposição direta de medidas restritivas sem prévia instauração de processo administrativo definitivo.
- c) A providência adotada é incompatível com o poder de polícia, pois atos que restringem direitos individuais dependem, como regra, de ordem judicial para sua execução.
- d) A conduta do servidor encontra respaldo no poder de polícia administrativa, que autoriza a Administração Pública a condicionar, restringir ou limitar direitos individuais, de forma coercitiva e autoexecutória, desde que observados os limites legais.
- e) O poder de polícia somente pode ser exercido de maneira repressiva, após a ocorrência de dano concreto ao interesse público, sendo vedada sua utilização preventiva

32. Em relação ao controle da Administração Pública, especialmente quanto ao controle interno e ao controle externo, assinale a opção **correta**.

- a) O controle interno é exercido exclusivamente pelo Poder Executivo, não alcançando os atos administrativos praticados no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.
- b) O controle externo caracteriza-se pela fiscalização decorrente da relação de subordinação hierárquica existente entre órgãos e entidades administrativas.
- c) O controle externo realizado pelos Tribunais de Contas restringe-se à análise dos atos administrativos praticados exclusivamente pelo Poder Executivo.
- d) O controle de mérito administrativo pode ser exercido amplamente pelo Poder Judiciário sempre que houver alegação de lesão ou ameaça a direito.
- e) O controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, tem por finalidade fiscalizar os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial da Administração Pública, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação das subvenções e renúncias de receitas

33. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, especialmente quanto aos requisitos para sua configuração, às causas excludentes ou atenuantes, à reparação do dano e ao direito de regresso, assinale a opção **correta**.

- a) A teoria do risco administrativo fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, admitindo, contudo, hipóteses de exclusão ou mitigação do dever de indenizar, como a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito e a força maior.
- b) A responsabilidade civil do Estado pressupõe a comprovação de dolo ou culpa do agente público causador do dano, pois somente assim se legitima o dever estatal de indenizar o particular prejudicado.
- c) O dever de indenizar surge automaticamente com a demonstração do nexo causal entre a atuação

estatal e o evento, sendo dispensável a comprovação da existência de dano efetivo.

- d) O direito de regresso contra o agente público decorre de forma automática da condenação do Estado ao pagamento da indenização, independentemente da análise da conduta do agente.
- e) A responsabilidade civil do Estado por omissão possui natureza sempre objetiva, bastando a comprovação do dano e do nexo causal para a configuração do dever de indenizar

34. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca das modalidades de licitação e das hipóteses de contratação direta, assinale a alternativa **correta**.

- a) Na modalidade leilão, exige-se registro cadastral prévio dos interessados e fase formal de habilitação, sendo a homologação do certame realizada somente após análise completa da documentação dos licitantes.
- b) No diálogo competitivo, a Administração deve estabelecer prazo mínimo de 15 dias úteis para manifestação de interesse dos interessados após a divulgação do edital em sítio eletrônico oficial.
- c) A Lei nº 14.133/2021 admite a criação de novas modalidades de licitação pela Administração, desde que compatíveis com os princípios da eficiência e da economicidade.
- d) É inexigível a licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, devendo, nesse caso, haver avaliação prévia do bem, considerando seu estado de conservação, os custos de eventuais adaptações e o prazo de amortização dos investimentos.
- e) A contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para implementação de cisternas destinadas ao acesso à água em regiões afetadas pela seca configura hipótese de inexigibilidade de licitação

35. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018 estabelece hipóteses em que é admitida a transferência internacional de dados pessoais. Considerando o disposto da referida lei, assinale a alternativa **correta**.

- a) A transferência internacional de dados pessoais somente é permitida quando o país destinatário possuir legislação idêntica à Lei Geral de Proteção de Dados brasileira.
- b) A transferência internacional de dados pessoais é vedada quando destinada a organismos internacionais, ainda que apresentem nível adequado de proteção de dados pessoais.
- c) É permitida a transferência internacional de dados pessoais quando o controlador oferecer garantias de cumprimento dos princípios e direitos previstos na LGPD, podendo tais garantias ser demonstradas por meio de selos, certificados ou códigos de conduta regularmente emitidos.
- d) A cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, investigação e persecução penal não autoriza a transferência internacional de dados pessoais, por envolver informações sensíveis.
- e) O consentimento do titular não constitui fundamento válido para a transferência internacional de dados pessoais, pois a LGPD admite apenas hipóteses baseadas em interesse público

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Emerson Bruno

36. De acordo com o previsto no Regimento Interno da ALMS, a Sessão Legislativa Ordinária ocorrerá:

- a) de 15 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 31 de dezembro.
- b) de 1 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- c) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) de 1 de fevereiro a 20 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- e) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 2 de agosto a 22 de dezembro.

37. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o Presidente é o representante da Assembleia quando ela houver de se enunciar coletivamente, o dirigente dos seus trabalhos e o fiscal da ordem, tudo na conformidade do Regimento. Dessa forma, NÃO constitui competência do Presidente.

- a) Interromper o orador que desviar da questão em discussão, falar sobre o vencido ou faltar com a consideração devida à Assembleia ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, retirando-lhe a palavra.
- b) Autorizar a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários no edifício da Assembleia, ressalvada a competência das comissões.
- c) Dirigir, com suprema autoridade, a polícia da Assembleia.
- d) Proceder à chamada dos deputados nas votações nominais.
- e) Visar a Carteira de Identidade Parlamentar fornecida aos deputados.

38. Sobre as comissões temporárias no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) As Comissões Especiais serão constituídas para dar parecer sobre proposta de emenda à Constituição e projetos de código, lei orgânica, divisão territorial, estatutos e consolidações.
- b) As Comissões de Representação têm por finalidade tratar de assunto previamente determinado, em nome do Parlamento, e serão constituídas pela Mesa Diretora ou mediante requerimento subscrito, no mínimo, por oito deputados, encerrando-se após apresentação de relatório em Plenário.
- c) A Assembleia Legislativa, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos na Constituição, em Lei e no Regimento.
- d) As comissões temporárias são as de representação, especial e de inquérito.
- e) As Comissões Temporárias compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados por indicação do Presidente da Assembleia.

39. Conforme previsão da Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, NÃO constitui uma competência privativa da Assembleia Legislativa:

- a) Sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa.
- b) Fixar subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado.
- c) Fixar de uma para outra legislatura a remuneração dos Deputados.
- d) Dispor sobre a transferência temporária da sede do governo estadual.

e) Autorizar o Governador a realizar operações de crédito ou compromissos gravosos ao patrimônio do Estado.

40. Conforme previsto na Lei nº 6.278, de 16.07.2024 - Estatuto dos servidores do Poder Legislativo, a posse do servidor ou servidora deve ocorrer:

- a) no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais quinze dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- b) no prazo de vinte dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais vinte dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- c) no prazo de sessenta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais trinta dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- d) no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais trinta dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.
- e) no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo tal prazo ser prorrogado por mais quinze dias, a requerimento do interessado ou no interesse da Administração, desde que devidamente justificado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS***Alexandre Herculano*

41. A doutrina moderna de Segurança de Dignitários estabelece premissas fundamentais para a atuação dos agentes de segurança. Considerando os conceitos iniciais e as generalidades dessa atividade, assinale a alternativa correta:

- a) A Segurança Corporativa atua em concorrência com a Segurança Pública, podendo substituí-la em casos de ineficiência estatal na proteção de dignitários.
- b) O enfoque principal da segurança de dignitários é a reação imediata e o uso da força bruta para neutralizar ameaças, sendo a prevenção um aspecto secundário.
- c) A formação militar ou policial, por si só, constitui credencial suficiente e exclusiva para o exercício da atividade de segurança de dignitários.
- d) A segurança das pessoas deve agir como um "evitador de problemas", tendo como foco essencial a prevenção, evitando o confronto e as situações de perigo.
- e) O uso da força é o recurso primário a ser empregado assim que for detectada qualquer falha nas medidas preventivas de segurança.

42. No que tange à organização do serviço de segurança e aos fatores relevantes para a sua composição, analise as afirmativas e assinale a opção adequada:

- a) A segurança de familiares e assemelhados do dignitário não segue as mesmas regras aplicáveis ao alvo principal, sendo considerada uma atividade de menor complexidade.
- b) A equipe de segurança deve impor suas medidas preventivas de forma unilateral, não sendo necessária a cooperação do protegido para o sucesso das ações.

c) A tecnologia é considerada dispensável nas ações de segurança pessoal, visto que o fator humano e o armamento pesado são suficientes para garantir a proteção do dignitário.

d) A personalidade do alvo (imagem, ostentação, manias, rotinas) é um fator irrelevante para o planejamento da segurança, que deve seguir um padrão rígido e imutável.

e) As técnicas e táticas empregadas na segurança devem observar uma gradação, priorizando sempre as medidas mais simples, da menor para a maior interferência.

43. Os atentados contra dignitários podem ser classificados de acordo com a intenção do agressor e o alvo escolhido. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) Os atentados são ações criminosas perpetradas contra determinadas pessoas, grupos ou instituições, podendo ter como fontes de hostilização organizações terroristas, psicopatas e fanáticos extremistas.
- b) O "magnicídio" é conceituado como o assassinato de qualquer pessoa aleatoriamente, servindo unicamente para obter repercussão na mídia.
- c) O atentado seletivo caracteriza-se por atingir qualquer pessoa aleatoriamente, com o objetivo de acarretar dificuldades para as autoridades e despertar a opinião pública.
- d) O atentado indiscriminado é aquele que possui uma clara intenção de atingir uma autoridade específica por motivos políticos ou pessoais.
- e) O sequestro praticado contra dignitários tem como único propósito causar-lhe danos físicos imediatos, não visando a obtenção de vantagens.

44. O Agente de Segurança deve possuir ou desenvolver diversas qualidades para o bom desempenho de sua função. Dentre as qualidades intelectuais exigidas, destaca-se:

- a) O equilíbrio emocional e o controle de impulsos diante de situações de crise.
- b) A capacidade física adequada para suportar longas jornadas de trabalho e reações rápidas.
- c) O conhecimento de cerimonial civil e militar, etiqueta social e noções sobre organização de eventos.
- d) O comportamento adequado e atitudes morais compatíveis com o ambiente de atuação.
- e) O conhecimento estritamente operacional e tático de armamentos e munições.

45. Sobre a disponibilidade de recursos e a atuação da equipe de segurança na proteção de dignitários, assinale a alternativa correta:

- a) A utilização de telefonia móvel (celular) é vedada para a comunicação entre os agentes de segurança, devido ao risco de interceptação.
- b) A equipe de segurança deve compatibilizar as medidas e procedimentos com a necessidade de liberdade e privacidade do alvo.
- c) Em caso de eventos adversos, a equipe de segurança deve tomar todas as decisões sem consultar ou deixar claro ao protegido quem decide.
- d) A segurança privada deve ser empregada em todas as situações, independentemente dos ônus financeiros, não sendo necessário avaliar sua efetiva necessidade.
- e) A quantidade e a qualidade dos profissionais de segurança independem da capacidade financeira do órgão, sendo garantidas exclusivamente pela vocação dos agentes.

GESTÃO DE CONFLITOS, SEGURANÇA E OPERAÇÕES POLICIAIS LEGISLATIVAS

Alexandre Herculano

46. No contexto do Gerenciamento de Crises, a doutrina estabelece objetivos claros que devem guiar a atuação dos agentes de segurança. Segundo os preceitos fundamentais dessa disciplina, qual é a prioridade máxima e a ordem correta de preservação durante uma ocorrência de alto risco?

- a) A aplicação da lei é o objetivo principal, seguida pela preservação da vida dos policiais, do público em geral, dos reféns e, por fim, dos criminosos.
- b) A preservação de vidas é o objetivo principal, devendo-se priorizar, nesta ordem: policiais, reféns, público em geral e criminosos.
- c) A preservação de vidas é o objetivo principal, devendo-se priorizar, nesta ordem: reféns, público em geral, policiais e criminosos.
- d) A aplicação da lei e a preservação de vidas possuem o mesmo grau de importância, devendo o gerente da crise decidir qual priorizar com base na situação.
- e) A preservação do patrimônio público e privado deve preceder a aplicação da lei, mas sucede a preservação da vida dos reféns e policiais.

47. O comandante da cena de ação, ao tomar decisões durante o desenrolar de um evento crítico, deve se pautar por três critérios fundamentais preconizados pela doutrina do FBI. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses critérios e a definição de um deles.

- a) Necessidade, Validade do Risco e Aceitabilidade. A Aceitabilidade implica que toda decisão deve ter respaldo apenas legal, não cabendo juízos morais em situações de crise.
- b) Necessidade, Validade do Risco e Aceitabilidade. A Validade do Risco estabelece que toda ação deve levar em conta se os riscos advindos são compensados pelos resultados esperados.
- c) Oportunidade, Proporcionalidade e Legalidade. A Proporcionalidade estabelece que a força usada deve ser equivalente à ameaça.
- d) Rapidez, Eficiência e Segurança. A Rapidez indica que a resolução da crise deve ocorrer no menor tempo possível para evitar o desgaste das equipes.
- e) Necessidade, Validade do Risco e Aceitabilidade. A Necessidade indica que a ação deve ser implementada mesmo quando houver alternativas menos arriscadas, desde que garanta a aplicação da lei.

48. A classificação do grau de risco ou ameaça é uma das primeiras ações a serem mentalizadas pelo gerente da crise, servindo para dimensionar os recursos a serem empregados. De acordo com a escala de risco estabelecida pela doutrina do FBI, um evento em que terroristas armados com metralhadoras mantêm oitenta reféns a bordo de uma aeronave é classificado como:

- a) 3º Grau - Ameaça Extraordinária.
- b) 2º Grau - Altíssimo Risco.
- c) 1º Grau - Alto Risco.
- d) 4º Grau - Ameaça Exótica.
- e) 5º Grau - Ameaça Extrema.

49. Os estudiosos da disciplina de Gerenciamento de Crises desenvolveram uma tipologia dos causadores de eventos críticos para auxiliar os gestores policiais. Sobre o tipo "Criminoso Comum" (ou contumaz), é correto afirmar que:

- a) É o tipo que menos ocorre no Brasil, sendo mais comum em países da Europa e nos Estados Unidos.
- b) Geralmente planeja a crise com antecedência, utilizando a tomada de reféns como objetivo principal de sua ação criminosa.
- c) Os momentos finais da negociação são considerados os mais perigosos ao lidar com esse tipo de causador.
- d) Provoca a crise geralmente por acidente, devido a um confronto inesperado com a Polícia, passando a usar o refém como garantia para fuga.
- e) É caracterizado por não aceitar barganhar suas convicções, preferindo muitas vezes sair da crise morto como um herói.

50. A doutrina do FBI visualiza o fenômeno da crise em quatro fases cronologicamente distintas, denominadas fases de confrontação. A fase que antecede a eclosão de um evento crítico e que engloba ações de antecipação e prevenção, além do preparo logístico e operacional da instituição, é denominada:

- a) Resposta Imediata.
- b) Plano Específico.
- c) Resolução.
- d) Contenção e Isolamento.
- e) Pré-confrontação.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

51. No que se refere aos princípios que orientam o Direito Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da legalidade admite que costumes possam servir como fonte direta de incriminação na ausência de previsão legal escrita.
- b) O princípio da anterioridade penal permite a aplicação retroativa de lei nova mais severa ao acusado.
- c) O princípio da intervenção mínima estabelece que o Direito Penal deve atuar como principal instrumento de controle social.
- d) O princípio da insignificância pode ser utilizado para afastar a tipicidade material de condutas que, embora formalmente previstas como crime, apresentem mínima lesividade ao bem jurídico protegido.
- e) O princípio da culpabilidade admite a responsabilização penal objetiva quando estiver em jogo relevante interesse social.

52. No Direito Penal, o tipo penal é composto por elementos objetivos e subjetivos. Entre os elementos subjetivos, destacam-se o dolo e a culpa. A partir dessa premissa, assinale a alternativa correta.

- a) No dolo eventual, o agente prevê a possibilidade de diferentes resultados e orienta sua conduta visando a concretização de qualquer deles.
- b) No dolo direto de segundo grau, o resultado paralelo é considerado incerto e meramente eventual.
- c) O Código Penal brasileiro prevê apenas o dolo direto, sendo o dolo indireto resultado exclusivo de construção doutrinária.
- d) O dolo direto e o dolo eventual possuem o mesmo fundamento jurídico no Código Penal.
- e) Para a configuração do dolo direto de primeiro grau é necessário que o agente tenha consciência e vontade de produzir o resultado, enquanto no dolo

eventual é suficiente a previsão da possibilidade de sua ocorrência.

53. No que se refere aos crimes contra a pessoa, conforme previsto no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A pena do crime de homicídio praticado contra vítima menor de 14 anos será aumentada quando esta apresentar enfermidade que acarrete maior condição de vulnerabilidade.
- b) O homicídio será considerado qualificado quando cometido por milícia privada, sob a alegação de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- c) No crime de feminicídio, a pena será majorada quando o fato ocorrer durante a gestação da vítima ou até seis meses após o parto.
- d) A ocorrência de debilidade permanente de membro, bem como a provocação de aborto, caracteriza lesão corporal de natureza gravíssima.
- e) A prática de calúnia dirigida à memória de pessoa falecida não é punível.

54. No que se refere aos crimes contra a dignidade sexual, previstos no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O delito de importunação sexual possui natureza subsidiária, sendo configurado apenas quando o ato libidinoso praticado não se enquadrar em infração penal mais grave.
- b) A realização consensual de conjunção carnal com pessoa menor de 14 anos não caracteriza estupro de vulnerável caso se comprove que a vítima já possuía experiência sexual anterior.
- c) A conduta de manter estabelecimento voltado à exploração sexual não constitui crime quando não houver envolvimento de crianças ou adolescentes.
- d) Registrar ato sexual sem o consentimento das pessoas envolvidas somente configura crime se o conteúdo for posteriormente divulgado a terceiros.
- e) Praticar relação sexual com indivíduo que se encontra inconsciente caracteriza o crime de estupro, previsto no art. 213 do Código Penal.

55. Carlos, proprietário de uma empresa, ofereceu benefício indevido a um agente público com a finalidade de que este favorecesse a aprovação de um contrato junto à Administração Pública. À luz do que dispõe o Código Penal brasileiro, a conduta praticada por Carlos configura:

- a) Corrupção passiva, pois houve oferta de vantagem ao agente público.
- b) Corrupção ativa, uma vez que o particular ofereceu vantagem indevida a funcionário público.
- c) Peculato, por envolver interesse patrimonial relacionado à Administração Pública.
- d) Concussão, já que o agente público teria solicitado vantagem indevida.
- e) Ato de improbidade administrativa, sendo conduta sancionada apenas na esfera civil.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

56. Assinale a alternativa correta a respeito da aplicação da lei processual penal no tempo:

- a) A lei processual penal nova somente se aplica aos fatos praticados após o início de sua vigência, respeitando-se integralmente o princípio da irretroatividade.
- b) A lei processual penal nova aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- c) A lei processual penal nova retroage sempre que for mais benéfica ao acusado, ainda que já praticados validamente os atos processuais sob a lei anterior.
- d) A lei processual penal nova jamais pode incidir em processos em curso, devendo alcançar apenas processos iniciados após sua entrada em vigor.
- e) A lei processual penal admite ultratividade automática da disciplina anterior sempre que a defesa alegar prejuízo abstrato

57. Sobre a ação penal no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A ação penal pública depende sempre de representação da vítima, sendo a ação penal pública incondicionada hipótese excepcional.
- b) Na ação penal privada, o prazo para o oferecimento da queixa-crime é de 6 meses, contado da data do fato criminoso.
- c) A ação penal privada subsidiária da pública pode ser proposta se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, hipótese em que o ofendido ou seu representante legal poderá intentar queixa subsidiária.
- d) A representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, pode ser retratada a qualquer tempo, inclusive após o recebimento da denúncia.
- e) Nos crimes de ação penal privada, o Ministério Público não intervém em nenhuma fase do processo, porque se trata de demanda exclusivamente do ofendido.

58. A respeito da prova ilícita no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A prova ilícita pode permanecer nos autos, desde que o juiz a utilize apenas como elemento informativo e não como fundamento exclusivo da condenação.
- b) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por fonte independente das primeiras.
- c) A prova ilícita somente será desentranhada do processo se houver requerimento da defesa, pois não cabe ao juiz determinar essa providência de ofício.
- d) A teoria dos frutos da árvore envenenada não foi acolhida pelo ordenamento processual penal brasileiro, sendo construção restrita ao direito norte-americano.
- e) A descoberta inevitável e a fonte independente são institutos proibidos no processo penal brasileiro, por afastarem indevidamente a garantia constitucional contra a prova ilícita.

59. A respeito das prisões no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A prisão preventiva pode ser decretada com fundamento exclusivo na gravidade abstrata do delito, por se tratar de crime que causa forte reprovação social.
- b) A autoridade policial pode decretar prisão preventiva de ofício, desde que haja urgência e posterior comunicação ao juiz competente.
- c) A prisão em flagrante sempre se converte automaticamente em prisão preventiva, independentemente de decisão judicial fundamentada.
- d) A prisão preventiva somente poderá ser decretada quando presentes prova da existência do crime, indício suficiente de autoria e perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, devendo a

decisão ser fundamentada em elementos concretos.

- e) A prisão processual depende sempre de trânsito em julgado da condenação, vedando-se qualquer prisão cautelar no curso da persecução penal.

60. Com relação ao tema habeas corpus, assinale a alternativa correta:

- a) O *habeas corpus* somente pode ser impetrado pelo próprio advogado constituído, sendo incabível sua formulação por qualquer pessoa do povo.
- b) O *habeas corpus* é cabível apenas quando a coação à liberdade de locomoção já estiver consumada, não sendo admitido em caso de mera ameaça.
- c) O *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação ilegal em sua liberdade de locomoção.
- d) O *habeas corpus* é meio processual adequado para rediscutir amplamente matéria probatória complexa, com dilação probatória, sempre que a defesa alegar constrangimento ilegal.
- e) O *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário é admitido irrestritamente pela jurisprudência do STF e do STJ, como regra geral.

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
(APLICADA À ATIVIDADE POLICIAL)***Antônio Pequeno*

61. De acordo com a Lei Nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), marque a alternativa que traga uma informação incorreta sobre a transação penal.

- a) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- b) Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.
- c) Não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
- d) Não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;
- e) A transação penal pode ser aplicada para qualquer crime independente da pena.

62. De acordo com a Lei nº 7716/1989, quando um funcionário público praticar o crime de injúria racial, no exercício da função, a pena desse crime pode ser aumentada de

- a) 1/3 a 1/2
- b) 1/6 a 1/3
- c) 1/2 a 2/3
- d) 2/3
- e) 1/4

63. De acordo com a Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) marque a alternativa incorreta:

- a) Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- b) A perda do cargo, mandato ou função pública é um dos efeitos da condenação.
- c) Configura crime se utilizar de cargo ou função pública ou invocar a condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido.
- d) O crime de abuso de autoridade, eventualmente, pode ser praticado na forma culposa.
- e) Dentre as penas restritivas de direitos temos a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

64. De acordo com a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), marque a alternativa correta.

- a) O crime de tráfico de drogas pode ser praticado na forma culposa
- b) O tráfico é um crime hediondo
- c) O tráfico é um crime material quanto ao resultado
- d) O crime de tráfico se consuma com a prática de qualquer conduta prevista no tipo penal do art. 33, "caput", da Lei nº 11.343/2006.
- e) Na Lei de drogas é possível o crime de tráfico na forma qualificada.

65. Carlos, policial militar, tendo o porte de arma de fogo de uso permitido, foi para um local ermo e desabitado e efetuou vários disparos de arma de fogo. Marque a alternativa correta, com base nessa situação hipotética:

- a) Ele responderá pelo crime de disparo de arma de fogo.
- b) A conduta dele é atípica
- c) Ele responderá por um crime hediondo
- d) A conduta dele se amolda ao crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito
- e) A conduta dele se amolda ao crime de porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.

**DIREITOS HUMANOS
(APLICADOS À ATIVIDADE POLICIAL)***Géssica Ehle*

66. De acordo com a teoria geral dos Direitos Humanos, é possível afirmar que

- a) são direitos absolutos, atribuídos a todos os indivíduos, indistintamente
- b) possuem caráter universal, sendo reconhecidos a todas as pessoas, independentemente de nacionalidade, embora possam sofrer limitações em seu gozo, nos termos da lei.
- c) são direitos renunciáveis, uma vez que preservam o direito à autodeterminação do indivíduo para garantir a proteção a sua dignidade como pessoa humana.
- d) devem ser assegurados pelos Estados soberanos aos seus cidadãos, exclusivamente, em razão da soberania estatal.
- e) diante de sua consagração por meio de inúmeros conflitos bélicos e avanços da humanidade, pode-se dizer que hoje são imutáveis.

67. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A proteção à vida privada admite intromissões arbitrárias quando, de um modo geral, forem justificadas pelo interesse público.
- b) Para exercer seu direito de circulação no território de um Estado soberano, a Declaração afirma que o indivíduo deverá pleitear autorização prévia quando, então, passará a ter tal direito incorporado ao seu patrimônio jurídico.
- c) É direito previsto expressamente pela Declaração, a todo o indivíduo, o direito de regressar ao seu país.
- d) Em regra, a toda pessoa humana, garante-se o direito de abandonar o país em que se encontra, comunicando previamente às autoridades sua saída em procedimento específico, em quaisquer casos.

e) A proteção à honra e à reputação não estão expressamente previstas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois são direitos da personalidade, restando a cargo da soberania dos Estados.

68. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, trata especificamente sobre o princípio da Legalidade e da Retroatividade. Sobre tais princípios é incorreto o que se afirma em:

- a) O Pacto garante que ninguém pode ser condenado por fato que não era considerado delito no momento de sua prática.
- b) Assim como ocorre no ordenamento interno, especialmente sobre a proibição da reformatio in pejus como princípio de direito processual penal, a Convenção também veda a aplicação de pena mais grave do que a prevista no momento da prática do delito.
- c) O Pacto garante ao condenado que, se após o cometimento do delito, sobrevier lei penal mais benéfica, ele será por ela beneficiado.
- d) De modo a respeitar a superioridade das normas de Direitos Humanos, o Pacto estabelece que, para que lei penal posterior mais gravosa seja aplicada retroativamente, a cominação legal deverá estar prevista em tratado internacional.
- e) O princípio da legalidade impede a punição de condutas, tanto comissivas quanto omissivas, não tipificadas previamente.

69. Quanto ao Pacto de São José da Costa Rica, Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e o que seu texto fala sobre os direitos à liberdade de consciência e religião, analise as assertivas a seguir:

- I. A liberdade de consciência e de religião inclui o direito de mudar de religião ou crença, bem como de manifestá-las individual ou coletivamente, até mesmo em locais públicos.
- II. A liberdade religiosa é assegurada sem restrições, o que evidencia a preocupação do Pacto com a preservação do pluralismo e da diversidade religiosa, inerentes à característica do relativismo cultural, não estando sujeita a qualquer tipo de limitação, ainda que prevista em lei.
- III. Tanto os pais quanto os tutores têm o direito de orientar a educação religiosa e moral de seus filhos ou pupilos conforme suas convicções.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

70. Sobre a necessidade de se compreender sobre Direitos Humanos na atuação policial legislativa, especialmente no que diz respeito aos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (Havana, 1990), analise os itens a seguir.

- I. Tendo em vista a intenção do documento de limitar cada vez mais o recurso a meios suscetíveis de causar a morte ou lesões corporais, os Princípios tratam sobre o dever dos Governos e organismos de aplicação da lei que devem desenvolver armas incapacitantes não letais.
- II. Os Princípios estabelecem como dever dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei que, quando o uso legítimo da força ou de armas de fogo for inevitável, que eles deverão assegurar a prestação de assistência e cuidados médicos às

pessoas feridas ou afetadas, tão rapidamente quanto possível.

- III. Em regra, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei não utilizarão armas de fogo contra pessoas, salvo nas hipóteses previstas e somente quando medidas menos extremas se revelem insuficientes para alcançar estes objetivos.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

INFORMÁTICA **(APLICADA À ATIVIDADE POLICIAL)**

Renato da Costa

71. No contexto dos dispositivos de armazenamento utilizados em computadores, as unidades de estado sólido (SSD) apresentam características distintas em relação aos discos rígidos tradicionais (HD). A respeito dos SSDs, considere as afirmativas a seguir.

- a) SSDs utilizam partes mecânicas móveis para leitura e gravação de dados, o que aumenta sua durabilidade em comparação aos HDs.
- b) SSDs, em regra, apresentam menor velocidade de acesso aos dados quando comparados aos HDs, devido à ausência de cache interno.
- c) SSDs armazenam dados em memória flash, o que contribui para menores tempos de acesso e maior desempenho geral do sistema.
- d) SSDs não são compatíveis com sistemas operacionais modernos, sendo utilizados apenas em dispositivos embarcados.
- e) SSDs possuem maior consumo de energia que HDs, pois operam em frequências mais elevadas.

72. No contexto da Internet das Coisas (IoT), sensores e atuadores desempenham papéis fundamentais na coleta de dados e na execução de ações em sistemas automatizados. A respeito desses dispositivos, considere as afirmativas a seguir.

- a) Sensores e atuadores exercem a mesma função em sistemas IoT, pois ambos apenas capturam dados do ambiente para envio à rede.
- b) Sensores captam informações do ambiente, como temperatura, presença e umidade, ao passo que atuadores executam ações físicas com base em comandos recebidos.
- c) Atuadores são dispositivos voltados exclusivamente ao armazenamento de dados coletados por sensores em bancos locais.
- d) Sensores têm como finalidade principal modificar o estado do ambiente físico, como ligar lâmpadas e abrir válvulas.
- e) Em sistemas IoT, atuadores somente podem funcionar se houver intervenção humana direta, não podendo ser acionados automaticamente.

73. A Internet e a intranet utilizam protocolos da suíte TCP/IP para viabilizar a comunicação entre dispositivos em rede. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O protocolo IP é responsável por garantir, obrigatoriamente, a entrega dos dados ao destino com controle de erro e retransmissão automática.
- b) A intranet, por ser uma rede interna, não utiliza a suíte TCP/IP, que é exclusiva da Internet.
- c) O protocolo TCP é utilizado apenas em redes públicas, não sendo aplicável em ambientes de intranet.
- d) Tanto a Internet quanto a intranet podem utilizar a suíte TCP/IP para comunicação entre hosts, roteamento de pacotes e acesso a serviços de rede.
- e) O protocolo IP atua exclusivamente na identificação de páginas web, ao passo que o TCP é responsável apenas pela autenticação de usuários.

74. No contexto da segurança da informação em ambientes institucionais, a proteção dos ativos informacionais envolve a adoção de políticas, controles e boas práticas. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) A confidencialidade garante que a informação esteja sempre disponível aos usuários autorizados, independentemente de controles de acesso.
- b) A integridade assegura que a informação não seja alterada de forma indevida, mantendo sua exatidão e consistência ao longo do tempo.
- c) A disponibilidade refere-se à proteção contra acesso não autorizado, restringindo o uso da informação apenas a usuários previamente autenticados.
- d) A autenticação tem como objetivo principal impedir a perda de dados em decorrência de falhas físicas ou lógicas.
- e) O controle de acesso consiste exclusivamente na utilização de senhas fortes, sendo desnecessários outros mecanismos complementares.

75. Os aplicativos dos pacotes Microsoft Office e LibreOffice utilizam extensões de arquivos específicas para identificar o tipo de documento e o programa associado. A respeito dessas extensões, assinale a alternativa correta.

- a) Arquivos com extensão .xlsx e .ods são, tipicamente, associados a planilhas eletrônicas.
- b) Arquivos com extensão .docx e .odp são, ambos, destinados à criação e edição de apresentações de slides.
- c) Arquivos com extensão .pptx e .odt correspondem, respectivamente, a uma apresentação de slides e a uma planilha eletrônica.
- d) A extensão .ods é utilizada para documentos de texto no LibreOffice, enquanto a extensão .odt é destinada a bancos de dados.
- e) A extensão .xlsx é exclusiva para documentos de texto no Microsoft Word, ao passo que .docx é utilizada para planilhas do Excel.

DIREITO DIGITAL
(APLICADO À SEGURANÇA INSTITUCIONAL)*Antônio Daud*

76. Considere o regime de tratamento de dados pessoais pelas empresas públicas e sociedades de economia mista à luz da Lei nº 13.709/2018. É correto afirmar que:

- a) tais entidades deverão, em qualquer circunstância, seguir as mesmas regras de tratamento aplicáveis aos órgãos da Administração Direta.
- b) as empresas estatais que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares.
- c) o tratamento de dados pessoais por essas entidades prescinde de finalidade específica, desde que haja interesse comercial legítimo da empresa.
- d) os dados pessoais custodiados por sociedades de economia mista devem ser mantidos exclusivamente em sistemas físicos para evitar vazamentos digitais.
- e) a agência nacional é impedida de solicitar informações sobre operações de tratamento de dados realizadas por empresas públicas

77. No exercício de suas atribuições, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode aplicar sanções em decorrência de infrações à LGPD. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A multa simples é limitada a 5% do faturamento da empresa, podendo chegar a R\$ 100 milhões por infração.
- b) A suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais objeto da infração poderá ser aplicada pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período.
- c) A multa diária não possui limite total fixado em lei, dependendo exclusivamente da gravidade da conduta.
- d) A aplicação de qualquer sanção dispensa a análise da adoção de políticas de boas práticas pelo controlador.

e) A sanção de advertência só pode ser aplicada se houver reincidência específica na mesma infração

78. Sobre o dever de guarda de registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, previsto na Lei nº 12.965/2014, é correto afirmar:

- a) O administrador de sistema autônomo deve manter os registros de conexão, sob sigilo, pelo prazo mínimo de 2 anos.
- b) O provedor de conexão, na prestação de serviço gratuito, é obrigado a guardar os registros de acesso a aplicações de internet por 6 meses.
- c) A autoridade policial, a autoridade administrativa ou o Ministério Público podem requerer cautelarmente a guarda dos registros por prazo superior ao previsto em lei.
- d) O sigilo das comunicações privadas armazenadas pode ser quebrado por ordem administrativa fundamentada de delegado de polícia.
- e) Provedores de aplicação sem fins econômicos são obrigados a manter registros de acesso de todos os seus usuários por 1 ano

79. A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece critérios rigorosos para o tratamento de dados sensíveis. Assinale a hipótese em que esse tratamento poderá ocorrer sem o fornecimento de consentimento do titular:

- a) Para fins de marketing direto e prospecção de novos clientes pelo controlador.
- b) Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.
- c) Para garantir a prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos.
- d) Para qualquer procedimento de tutela da saúde, independentemente de quem o realize.
- e) Para a formação de banco de dados de perfil político de eleitores por empresas privadas

80. Considerando as regras previstas na Lei nº 12.965/2014 sobre o encaminhamento de pacotes de dados, pode-se afirmar que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento:

- a) pode priorizar pacotes de dados de serviços próprios em detrimento de concorrentes para garantir a viabilidade do negócio.
 - b) deve tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, embora possa promover degradação do tráfego em virtude da priorização de serviços de emergência.
 - c) tem liberdade para cobrar tarifas diferenciadas com base no conteúdo acessado pelo usuário.
 - d) pode bloquear o acesso a aplicações que consumam largura de banda excessiva em horários de pico.
 - e) é impedido de realizar qualquer tipo de gerenciamento de rede, mesmo para requisitos técnicos indispensáveis
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
